

Exposição e invisibilidade: as narrativas de usos e controles de drogas consideradas ilícitas¹

Exposure and invisibility: the narratives of uses and controls of illicit drugs

Selma Lima da Silva^{II}; Rubens de Camargo Ferreira Adorno^{III}

Resumo

Quando se estuda o uso de crack parece haver unanimidade: o uso sempre é problemático. Diversos estudos são desenvolvidos com usuários que estão em tratamento e/ou internados. Ou então, quando se trata de usuários em cenas públicas, da rua, não se interpreta o contexto, a situação de rua e todas as outras questões sociais envolvidas, mas todas as mazelas são apresentadas por uma monocausalidade, a droga. Tendo isso em conta, a perspectiva desse artigo é de colocar em discussão a afirmação de que o uso do crack se daria sem nenhum controle por parte dos envolvidos nesta prática. Visa, também, examinar em que medida os chamados “usos problemáticos” (associados às cenas de uso público) e a produção de discursos morais e estigmatizantes performam as experiências dos usuários de crack de uso não visível. Pretendeu-se, ao mesmo tempo, identificar o uso controlado e analisar os diferentes contextos de uso, levando em consideração o conhecimento construído pelos usuários, fato importante para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e que respeitem os direitos e a autonomia dos usuários quer tenham desenvolvido problemas com o uso ou não.

Palavras-chave: Contextos sociais de uso; Uso controlado de drogas; Uso de crack; Política de drogas.

Abstract

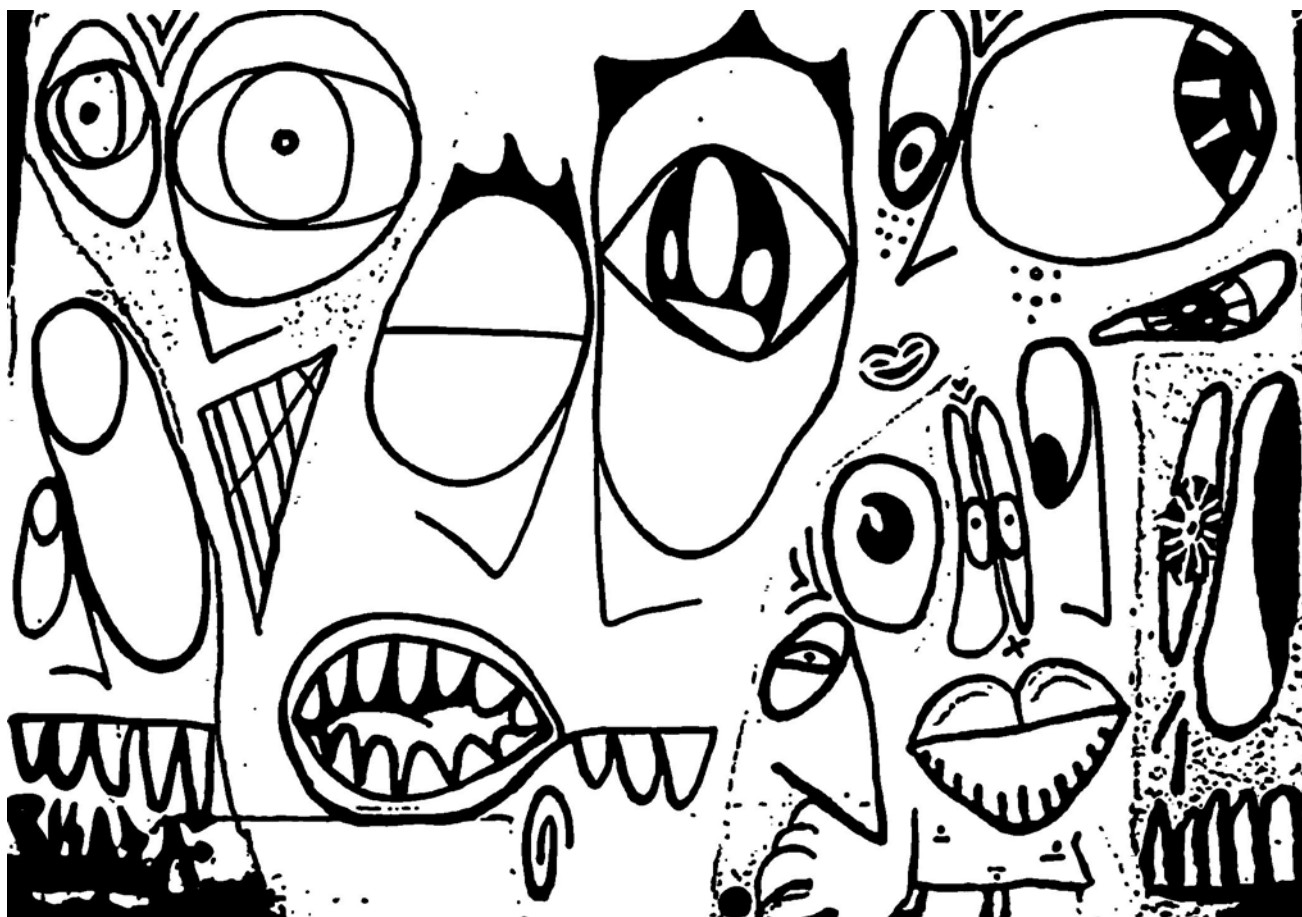
When the use of crack is studied there seems to be unanimity: use is always problematic. Most of the studies are developed with users who are being treated and / or hospitalized. Or when it comes to users in public street scenes, one does not interpret the context, the street situation, and all other social issues involved, but all the ills are presented by a monocausality: the drug. Taking this into account, the perspective of this article is to discuss that the crack use's is would occur without any control on the part of those involved in this practice. It also aims to examine the extent to which so-called “problematic uses” (associated with public use scenes), and the how the moral and stigmatizing speeches perform non-visible crack users experiences. It was also intended to identify the controlled use and analyze different contexts of use, taking into account the knowledge built by the users, it is important for the development of public policies that respects rights and autonomies of the users, whether they have developed problems with uses or not.

Keywords: Social contexts of drugs uses; Controlled use of drugs; Crack uses; Drug policy.

¹Este texto é parte da tese “A Exposição e a Invisibilidade: percursos e percalços por Lisboa e São Paulo: as narrativas dos usos e dos controles do uso de crack”, de Selma Lima da Silva, apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Saúde Pública da USP São Paulo, 2017²¹.

^{II} Selma Lima da Silva (selmals@yahoo.com.br) é socióloga, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

^{III} Rubens de Camargo Ferreira Adorno (radorno@usp.br) é antropólogo, Mestre em Saúde Pública, Doutor e Livre Docente em Saúde Pública. Foi professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.



Introdução

A constituição do uso de drogas como um fenômeno social nas sociedades contemporâneas enfrentará sua trajetória como uma questão biopolítica, desdobrada desde os aparatos jurídicos repressivos do Estado ao campo da saúde, sem necessariamente ser tratado, desde o início, como uma questão de saúde pública, mas, principalmente, como uma questão de intervenção médica. As relações de classe, as desigualdades sociais, as relações de poder, são transversais às polêmicas, propostas e políticas de intervenção no campo da saúde. Partimos aqui do princípio de que a Saúde Pública e, mais assumidamente,

a Saúde Coletiva – como movimento que tem uma história na sociedade brasileira – têm um caráter de natureza mais explicitamente política do que de atenção médica e psiquiátrica no âmbito do consumo e atendimento de serviços dessas especificidades.

A questão das drogas foi sendo construída como um problema “psiquiátrico-médico” sem que necessariamente fosse discutido por setores mais amplos e pertinentes a esse campo, que, por si só, já demandava uma discussão sócio-política e uma compreensão multidisciplinar mais ampla. Essa questão ficou, no entanto, restrita ao campo da Medicina Psiquiátrica, quando não, da Polícia, dependendo do lugar social, gênero, raça-cor e etnia dos sujeitos que se viam

expostos à condição do uso de álcool e drogas. Esse dispositivo médico-policial se desenvolve ao longo do século XX e, mais acentuadamente, depois da II Guerra Mundial^{IV,33}.

O uso de drogas ganhou visibilidade de forma mais pública, para além das esferas psiquiátricas e também jurídicas, com o advento da aids; embora a compreensão do fenômeno social das drogas ainda tenha ficado restrita a uma visão epidemiológica que a reduzia à esfera dos cuidados e da intervenção orientada por uma gestão “bioquímica da droga”, isto é, quando se pensa o corpo a partir de um referencial restrito ao seu funcionamento biológico e a droga como agente (desqualificando, assim, contextos e agenciamentos dos sujeitos que seriam de importância à área interesse da saúde pública), para intervir sobre pretensos agravos à saúde da população. Como o uso de droga – injetável –, nesse momento, surge como um problema que se relacionava com uma epidemia – a aids – passa pertencer de maneira mais visível como um problema para a saúde pública. Nesse contexto, ainda que de forma instrumental e insipiente, passa a se interessar e escutar possibilidades de compreensão e intervenção a partir da área das ciências sociais e comportamentais, como aponta Adorno³:

“A introdução das ciências sociais e, mais recentemente, da etnografia no campo sanitário, que atribui às ciências sociais um papel “técnico” ou de ferramenta para trazer os grupos de difícil acesso para os serviços de saúde se relaciona com expressões de caráter epidemiológico como maneiras de intervir em “populações ocultas”, “populações de difícil acesso” ou “populações vulneráveis”, esta última expressão mais largamente utilizada no Brasil, passam a fazer parte do repertório da

saúde pública/coletiva, notadamente após a epidemia do VIH-aids”³ (p. 543-567).

Contudo, o uso de drogas injetáveis...

...“só se tornou objeto de preocupação das políticas de prevenção e controle da aids, em 1988, quando foram elaboradas as primeiras propostas de intervenção junto a este grupo específico. Além disso, até o surgimento da aids o desconhecimento desse assunto era quase completo, sendo tratado mais no âmbito jurídico-penal do que como uma questão de saúde pública”¹⁹(p.95).

Além disso, até que uma política já adotada em outros países fosse possível no Brasil transcorreram mais uns anos, pois o tema do consumo de drogas ilícitas sempre foi tratado por ações e operações repressivas como ocorreu em relação ao uso de drogas (cocaína) injetável, o que levou a conflitos, prisões e disputas jurídicas até a edição do Decreto nº 42.927, de 13 de março de 1998 regulamentando a Lei nº 9.758, de 17 de setembro de 1997, que autoriza a Secretaria da Saúde a distribuir seringas descartáveis aos usuários de drogas injetáveis no Estado de São Paulo¹.

A pesquisa sobre o uso de drogas passou a ser tema de interesse da Antropologia, a partir dos anos 1950 do século passado, quando esse uso passa a se constituir em “problema das drogas”. No Brasil, até a década de 1990 desse mesmo século, a pesquisa sobre drogas nas Ciências Sociais era bastante incipiente e focavam mais na violência e criminalidade associadas ao tema. Quanto aos estudos etnográficos sobre o uso de drogas, até 1994, no país, segundo Macrae²⁴, podia-se contar apenas com quatro trabalhos pioneiros, como os de Velho³⁹, Macrae e Simões²⁵, Lima²⁴ e Fernandez¹⁴.

Epele¹¹ sinaliza a mesma dinâmica com relação aos estudos sobre o uso de drogas na Argentina:

^{IV} A história desse processo no Brasil pode ser consultada em trabalhos como os de Torcato³³.

(...) Además de um conjunto de antecedentes locais sobre el uso de drogas, específicamente dentro del dominio de salud mental y de la epidemiología (...) el desarrollo del conocimiento sobre este tema estuvo forzado, principalmente, por la emergencia instalada por la epidemia del VIH-sida”¹¹ (p. 35).

A autora destaca que pesquisar o uso de drogas definiu novos desafios para as Ciências Sociais e para a Antropologia e que a noção de “populações invisíveis” e de “difícil acesso”^v, na área da saúde, criaram uma demanda para estudos etnográficos como possibilidade de acessar essas populações com desafios metodológicos que também se colocavam para pesquisas sobre o uso de drogas¹¹:

“Trabajar com poblaciones de usuarios/as de drogas impone la inclusión y la resolución de las distancias y obstáculos: el estigma, la discriminación, la ilegalidad, las sanciones sociales y los estados subjetivos asociados al consumo de sustancias psicoativas. La observación participante hace posible confrontar y neutralizar los sesgos que implica el desarrollo de entrevistas em estas poblaciones y contextualizar em lógicas locales las características y consecuencias de determinadas prácticas de consumo de drogas”¹¹ (p.29-30).

Epele ainda destaca que o desenvolvimento de estudos antropológicos que abordaram criticamente o uso de drogas e populações marginalizadas ocorreu em um momento de revisão teórica e metodológica da etnografia, como método, a partir da entrada dos antropólogos em territórios cercados pela violência cotidiana onde intensos conflitos,

enfrentamentos armados e guerras têm lugar e onde sofrimentos intensos e demandas de saúde impõem suas agendas, fazendo essas tensões passarem a fazer parte da pesquisa etnográfica¹¹.

Poder compreender os usos de drogas pela perspectiva do sujeito e de seu contexto de uso e conhecer o seu entendimento acerca do próprio uso é um objetivo que a etnografia pode desenvolver. A pesquisa que aqui apresentamos “A Exposição e a Invisibilidade: percursos e percalços por Lisboa e São Paulo: as narrativas dos usos e dos controles do uso de crack”³¹ objetivou conhecer outros usos possíveis de crack e, também, compreender os significados atribuídos ao uso durante as trajetórias de uso dos sujeitos, no contexto em que estão inseridos, suas práticas de uso e as estratégias para o controle do uso e para o uso em si, além de verificar como essas práticas e estratégias se dão, assim como são construídas na sua experiência e em seus percursos de uso, mediadas reflexivamente pelo imaginário do uso problemáticos. Para isso, além de se valer de etnografia realizada na cidade de São Paulo e de Lisboa, ouviu usuários e ex-usuários de crack de uso não visível, nessas duas cidades, que não estavam em centros de tratamento.

Usos controlados de crack: percursos metodológicos

As pesquisas desenvolvidas com usuários de drogas, em geral, e, com o crack em particular, os acessam via centros de tratamento para usos problemáticos ou, com essa mesma perspectiva, enquadram aqueles que se encontram em “cenas” de uso público. Isso acaba por enviesar tais estudos, pois, o fato de a pessoa estar em tratamento já deixa claro a existência do “uso problemático” e reforça, principalmente no caso do crack, a noção determinista de que todo uso terá o mesmo fim. Na pesquisa aqui

^v Essas expressões surgiram na epidemiologia como um campo que buscava estratégias para acessar aqueles grupos que por se considerarem excluídos ou discriminados eram alvo de intervenções sanitárias e deviam ser atingidos por medidas de saúde para serem alvo do controle e transmissão de determinadas doenças, em geral doenças transmissíveis.

apresentada, realizada em Lisboa e São Paulo³¹, a pretensão foi exatamente o contrário, criar um vínculo para que as pessoas pudessem discorrer livremente sobre suas histórias de vida e os usos que faziam, tanto de drogas lícitas, como das ilícitas, tendo como pressuposto de que havia e/ou seguiam usando o crack entre as preferências que tinham por esta ou aquela droga.

O consumo de drogas por ser uma prática considerada ilícita e sujeita a reprovação social ou funcionar como uma categoria acusatória³⁵ traz maior dificuldade de ser alcançado como objeto de pesquisa. Os usuários dessas substâncias preferem manter o uso fora das vistas e do conhecimento de quem não é partidário de tais experiências, visando uma proteção a possíveis problemas relacionados à justiça e/ou à esfera social – como amigos e familiares desconhecedores de sua prática, também na escola, no trabalho, etc. Com isso acessá-los se torna uma tarefa bastante delicada e de elevado grau de dificuldade, principalmente quando a substância utilizada é o crack.

No caso do crack, muitas vezes, o uso é omitido ou ocultado também do círculo de amigos que utilizam outras substâncias em conjunto. Isso demonstra como o crack consegue acionar o discurso do medo e do determinismo do poder da substância que direciona os utilizadores para um padrão de consumo sem controle. Dessa forma, estabelecer uma metodologia que desse acesso aos utilizadores de crack teria de ser construída no próprio processo de busca desses interlocutores.

Becker⁵ defende a ideia de que a metodologia não pode ser pensada “a priori” e sim como consequência do próprio objeto de estudo e das relações que se estabelecem no campo da pesquisa. Portanto, tem de ser pensada por quem está fazendo a pesquisa. Defende ainda, que a interação pesquisador, contexto e pesquisado fazem parte do método devendo também fazer parte da análise.

Este estudo se utilizou da contribuição da Antropologia, mais especificamente da etnografia. Para Geertz¹⁷, o que se faz em Antropologia é sempre uma etnografia e só com base no entendimento do que seja a prática etnográfica é que se compreende o que é a análise antropológica como forma de conhecimento. O autor ressalta, porém, que essa não é uma questão de métodos e procedimentos. Assim, a prática etnográfica inclui em seus instrumentos, segundo ele:

“...a observação direta de comportamentos, a observação participante (quando há um maior envolvimento no cotidiano do grupo pesquisado), coleta de depoimentos, história de vida, narrativas orais...”¹⁷ (p.7).

Esta prática proposta por Malinowski introduz o pesquisador no mundo “nativo”. Geertz também destaca que o pesquisador deve ter claro que:

“...seja qual for seu recorte metodológico, um determinado bairro, instituição ou seita religiosa, ou ainda outro objeto de pesquisa, recomenda o reconhecimento de que este objeto faz parte de uma rede mais complexa”¹⁷ (p.5).

O exercício de tornar o estranho familiar e o familiar estranho constitui movimento fundamental para apreensão da realidade por parte da prática antropológica, tornando possível, desta forma, uma visão menos contaminada pela naturalização dos fatos cotidianos e possibilitando perceber os vários sentidos e significados presentes nas práticas dos diversos atores sociais. Assim sendo, a escolha da Antropologia justifica-se pelo próprio objetivo da pesquisa que envolve o consumo de substâncias psicoativas, conhecidas genericamente como “drogas”, neste caso o crack, como comenta Velho³⁶:

“(...) A contribuição da antropologia para a compreensão desta problemática consiste em mostrar como existem n maneiras de utilizar as substâncias, em função de variáveis culturais e

*sociológicas. Estas não só se somam, como complexificam as distinções que possam ser registradas ao nível da análise bioquímica*³⁶ (p.24).

Como, no estudo feito com usuários de crack, está se tratando de um comportamento estigmatizante – o consumo de drogas – julgou-se necessária a contribuição dos interacionistas simbólicos para analisar tais práticas.

Com o início da Antropologia Urbana, a pesquisa etnográfica deixou de olhar para o outro estranho e distante e passou a olhar para o familiar e próximo²⁷. Neste contexto, a Escola de Chicago torna-se um dos expoentes da Antropologia Urbana e origina a teoria do desvio. Nessa teoria, o desviante é entendido como o indivíduo que transgredir as normas socialmente estabelecidas, intencionalmente ou não, devido a algum defeito caracterológico ou de falha de socialização, sendo marginalizado por isso. Nessa concepção, o desvio é entendido como algo que o indivíduo traz em si e que o afasta do desenvolvimento ideal.

Os interacionistas simbólicos, por sua vez, irão entender o desvio como consequência da aplicação, pelos outros, de sanções dirigidas ao indivíduo que apresenta comportamento diferente dos socialmente estabelecidos, passando, dessa forma, a ser rotulado por tal comportamento. Desse modo, esses autores não entendem o desvio como algo inerente ao indivíduo, mas como socialmente produzido, onde tal produção se faz com o intuito de manter a ordem social.

Velho³⁷ propôs uma relativização do conceito de desvio. Em seu livro “Desvio e Divergência”, discutiu a necessidade de se trabalhar com o conceito do desvio de uma maneira mais relativizada, superando a “camisa de força” de preconceitos e intolerâncias para deixar de vê-lo como patologia em visões que variam de um psicologismo a um sociologismo de produção individual e fragmentada, desvinculada da sociedade e da

cultura, para passar a vê-lo como uma interação indivíduo e sociedade e/ou indivíduo e cultura. O autor aponta, ainda, que o “desviante” não está fora de sua cultura, na verdade ele apenas faz uma leitura divergente das regras socioculturais estabelecidas, chamando a atenção para o caráter político que existe entre o conflito rotulador/rotulado sobre o “desviante”, resultado da força que determinados grupos assumem na sociedade para poder designar esses indivíduos sem poder social, como “desviantes”.

Tendo iniciado uma discussão sobre os consumos “problemáticos” em espaço público e seus controles em estudo anterior e com o propósito, discutir e desvelar outros consumos possíveis do crack³¹ buscou-se, para o estudo relatado, os discursos e práticas dos envolvidos nesses usos, a polissemia dos significados atribuídos pelos sujeitos em variados contextos, práticas e produção dos discursos atribuídos ao crack. Focou-se, também, sobre a forma como a substância é pensada/atualizada pelos diversos sujeitos que foram ou são consumidores do crack. Dessa forma, poder entender como tais concepções interferem nos efeitos, tanto do controle do uso, como também de seu descontrole, além de tentar entender quais são os parâmetros de controle e descontrole acessados e acionados e em que momentos do histórico de consumo. Buscou-se, assim, verificar o quanto a noção de descontrole está intrinsecamente associada com a concepção/crença no poder da substância e como, subjetivamente, o descontrole está associado às cenas de uso público.

A proposta de estudar os usos que não aconteciam em espaço público, denominado como “invisíveis” implicou em mais dificuldades de acessar pessoas que tinham tais práticas, cabendo lembrar que a visibilidade dada pelo espaço aberto já traz em si uma invisibilidade. Quem olha para os usuários nesses espaços não enxerga

singularidades, individualidades. Se eles não conformam uma grande massa, são conformados por julgamentos morais que acabam por unificá-los em uma categoria de acusação³⁵ em que perdem seu direito a humanidade, não sendo “mais iguais a nós”, mas sim “pobres coitados que deixam de ser um humano e se tornam zumbis”. Ou melhor, não se olha mais para os usuários nesses espaços, se olha para os espaços que os congregam e para suas práticas “condenáveis”, terminando por redefinir tais espaços como “terra de ninguém” onde não há regras, aonde, portanto, tudo pode acontecer, ou melhor, em “terra do crack”, aonde nada de bom pode acontecer, visto que é um espaço onde o crack é o soberano.

O espaço de uso público do crack, no centro da cidade de São Paulo, se constitui em terreno fértil para as explicações/ressignificações místicas das trajetórias dos sujeitos. Lá, os próprios usuários denominam o local, de acordo com suas convicções/crenças religiosas, como “Inferno”, “local de provação”, “local pesado onde os gatos não conseguem sobreviver”.

Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento dos interlocutores e transcritas. Enquanto conversas informais e descontraídas, não promoveram nenhum constrangimento para falar sobre o tema, orientaram, em linhas gerais, para que falassem de quem eram, de suas trajetórias com o uso de drogas e, especialmente, com o uso do crack na vida. As entrevistas foram conduzidas o mais próximo de uma conversa informal, facilitando o diálogo mais aberto que, se por um lado, geraram narrativas densas, por outro, não permitiram que alguns dados objetivos fossem alcançados, muito embora, isso também se deveu ao fato de narrarem experiências passadas e que, quando acionadas, traziam à memória, não apenas a lembrança da experiência vivida, mas também a reflexão sobre ela.

Ainda, devido a toda a dificuldade para acessar interlocutores que quisessem falar sobre suas experiências, as entrevistas foram iniciadas pela fala da própria trajetória da pesquisadora no campo, sobre o uso de drogas, lícitas e ilícitas na vida, tencionando equilibrar, mesmo sabendo ser impossível eliminar, a desigualdade que se coloca a priori entre a informação dada pelo interlocutor e a interpretação desta feita pelo pesquisador. Também com isso, procurou-se não colocar o pesquisador em posição de alguém que faria um julgamento moral das narrativas, permitindo que o momento apenas propiciasse uma discussão dos saberes e das experiências vividas e permitindo ouvir os interlocutores a respeito da liberação e ou descriminalização das drogas e o que entendiam sobre os termos/categorias “viciados”, “dependentes”, “adictos”, “doente”, além do que entendiam por controle e descontrole.

Buscando preservar suas identidades foram atribuídos outros nomes aos interlocutores, mesmo quando alguns deles autorizaram a identificação, visto que, como algumas pessoas entrevistadas faziam parte de uma rede de amigos, a identificação de um pudesse identificar facilmente outros indivíduos. Também foram omitidos nomes de cidades, bairros de moradia e locais de trabalho que pudessem facilitar uma identificação.

A descoberta dos usos controlados e do aprendizado de uso de uma droga: discussão^{vi}

A contracultura dos anos 1960, influenciada pela geração *beat* da década anterior, buscava novos valores em oposição aos valores da sociedade capitalista e o uso de drogas que fazia parte

^{vi} Esse artigo não reproduz os resultados mais específicos e conteúdo das narrativas do estudo “mas desenvolvemos algumas interpretações e conclusões que chegamos nessa pesquisa

de uma atitude contestat6ria buscava, al6m de tudo, uma autonomia do homem com seu corpo e relacionamentos que levassem em conta mais os sentimentos do que as conven66es sociais, valorizando as experi6ncias espirituais em oposi66o aos valores materiais vigentes^{7,9,24}. Dessa forma, algumas subst6ncias, como o dietilamida do 6cido lis6rgico (LSD), a mescalina, o peiote, os cogumelos e a maconha, come6aram a ser utilizadas com o objetivo de amplia66o da consci6ncia visando o autoconhecimento.

Foi a partir dessa d6cada tamb6m, que a utiliza66o de subst6ncias psicoativas entrou para os temas de interesse da Antropologia. Alguns estudos tornaram-se refer6ncia, como o de Casta6eda⁹, sobre o uso do peiote, e o de Becker⁷, sobre o uso da maconha. Os usos eram estudados sob a perspectiva do uso ritual das plantas psicoativas por determinadas sociedades ou grupos, em que se observava que sua utiliza66o no contexto de uma determinada cultura nunca extrapolava os limites dos valores culturais em que estavam inseridos, n6o ocasionando abusos ou problemas para os usu6rios e suas sociedades.

Nesse contexto, houve maior interesse no estudo do uso controlado dessas subst6ncias, tendo como pressuposto que, tamb6m nas sociedades complexas existiria um ritual de uso e inicia66o em que ocorreria um aprendizado n6o s6o da maneira de usar, como tamb6m das sensa66es esperadas, no gostar dos efeitos, em saber escolher o melhor local para o uso, na dosagem adequada e em como evitar os efeitos indesejados, entre outros aspectos, ao que Becker⁷ chamou de “carreira do usu6rio”.

Becker⁶, em seu artigo “Consci6ncia, Poder e Efeito da Droga”, demonstrou como, tanto no uso das drogas l6citas, como o das il6citas, existe um conhecimento adquirido pelos usu6rios. Por6m ressaltou que, paradoxalmente, os usu6rios de drogas il6citas t6m mais conhecimentos e,

portanto, mais poder sobre o seu uso e sobre a subst6ncia, j6 que o respons6vel pela sua administra66o 6 ele mesmo e n6o um m6dico. Para o autor, esse conhecimento nortear6 a experi6ncia que ter6 com a droga, uma vez que os usu6rios j6 sabem que efeitos devem esperar, tanto no que se refere aos desejados, como aos indesejados.

Cria-se, ent6o, uma “cultura da droga” 6 medida que se conhece qual a melhor dosagem para obter os efeitos desejados, como se evitar os efeitos indesejados, qual a melhor via de administra66o, qual o melhor local para us6-la e com quem. Esse aprendizado 6 fruto de experi6ncias do indiv6duo que s6o “testadas” em compara66o 6s experi6ncias dos demais. Dessa maneira, os efeitos que uma droga pode produzir est6o associados tanto a sua a66o fisiol6gica, como 6s diferen6as individuais e culturais, aos cen6rios de uso e ao conhecimento circulante sobre a subst6ncia.

Zinberg⁴⁰, em seu livro “*Drug, Set and Setting*”, discutiu sobre o uso controlado de subst6ncias psicoativas. Defendeu que o uso de drogas deve ser abordado levando em considera66o uma complexidade de fatores: os fatores farmacol6gicos, relativos 6 atua66o da subst6ncia em si, n6o est6o isolados e nem s6o independentes do estado ps6quico do indiv6duo no momento do uso e de sua estrutura de personalidade, assim como da influ6ncia do meio f6sico e social onde ocorre o uso e dos significados culturais que lhe s6o atribuidos. Sendo assim, o meio social, atrav6s do desenvolvimento de san66es e rituais, possibilita o controle do uso de drogas il6citas ao determinar valores e regras de conduta (san66es sociais) e padr6es de comportamento (rituais sociais), gerando, assim, controles sociais informais.

Em seu estudo, Zinberg⁴⁰ acompanhou usu6rios de hero6ina que mantinham um padr6o de uso controlado que resultava na redu66o dos efeitos indesejados e verificou que eram pessoas com

outras atividades, que apresentavam o uso do psicoativo apenas como uma pequena parte de suas vidas. O autor comentou que os estudos da década de 1960 igualaram e raramente deram atenção ao consumo ocasional ou moderado como padrão viável. Quando isso ocorria, eram vistos como um estágio transitório para a abstinência ou para a utilização compulsiva, além de só abordarem pessoas que tinha problemas com o uso.

Somente na década de 1970 a comunidade científica começou a reconhecer estudos sobre padrão de uso. Grund²⁰, em seu estudo *“Drug Use as a Social Ritual: Functionality, Symbolism and Determinants of Self-Regulation”*, em que acompanhou usuários de heroína e cocaína, confirmou o enfoque de uso controlado das drogas proposto por Zinberg. Porém, para entender os processos de autorregulação Grund introduziu dois novos elementos: a disponibilidade da droga e a estrutura de vida²⁰. Esses, conforme o autor, irão influenciar no estabelecimento de rituais e regras que promovem a autorregulação.

Disponibilidade da droga, rituais e regras formam um trio que se retroalimentam e determinam o processo de autorregulação que controla o uso de drogas. Mas entende-se que, sob uma política proibicionista, a disponibilidade de drogas será afetada, o que prejudica a manutenção de rituais e regras, uma vez que o foco do usuário se concentrará em conseguir a droga com um afrouxamento dos rituais e regras para a regulação do uso:

“Como resultado, rituais e regras relacionados à droga tornam-se menos dirigidos à autorregulação e segurança no sentido de saúde, e mais para salvaguardar, cobrir e facilitar o uso de drogas e as atividades relacionadas (por exemplo, transações de drogas). A disponibilidade suficiente cria, assim, uma situação na qual rituais e regras podem se desenvolver restringindo o uso de drogas e

induzindo padrões de uso estáveis. Isso não significa necessariamente níveis mais baixos de uso de drogas”²⁰ (,p.243)^{vii}.

Grund²⁰ mostra que, quando as drogas estavam disponíveis, os usuários eram capazes de manter usos elevados sem desenvolver problemas relacionados a esse uso.

Gilberto Velho³⁹, com seu estudo *“Nobre e Anjos”*, de 1975 (só publicado em 1998), vai abordar o uso de drogas como demarcador de um estilo de vida e de visões do mundo em camadas médias da sociedade carioca e que não se constitui como problema para os seus usuários, pois é utilizado dentro do contexto sociocultural e de consumos a que as pessoas estavam integradas.

Macrae e Simões²⁵ aponta o mesmo na pesquisa *“Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas”*, que traz observação participante e entrevistas com usuários habituais e controlados de maconha que estavam socialmente integrados, com vinculações de trabalho e à sociedade de consumo. Os autores identificaram que a iniciação do uso da maconha, a percepção dos seus efeitos, o desenvolvimento de controles informais do uso e as estratégias de aquisição e a associação do uso com outras atividades, promoviam um padrão de uso controlado.

Alguns autores já demonstraram que os usuários de drogas (mesmo os considerados com usos problemáticos) desenvolvem todo um cálculo de uso³⁴. Pois que, para conseguir a substância, fazem todo um planejamento: têm que conseguir dinheiro e decidir que tipo de atividade desenvolver para isso, ou conseguir algo que possa ser trocado pela substância, além do horário que cada atividade deve/pode ser levada a cabo; também têm que escolher em qual local de venda de droga ir ou qual fornecedor procurar, qual quantidade

^{vii} Tradução dos autores.

comprar, quanto consumir, em qual local consumir, em qual via de uso irá utilizar para conseguir os melhores efeitos, quais apetrechos utilizar para fazer esse consumo e que outras substâncias utilizar em conjunto ou não para evitar efeitos indesejados e/ou potencializar os efeitos desejados. Esses cálculos, para além de demonstrar a agência do usuário para levar a termo o seu consumo, demonstram, também, que existe um aprendizado do uso que é desenvolvido ao longo do seu percurso de utilização da substância.

Na pesquisa de mestrado, concluída em 2000, com o título “Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack”, que teve como objetivo conhecer as relações que se estabeleceram entre a prática da chamada baixa prostituição feminina e a prática do uso de crack, Silva³², buscou entender a importância do uso do crack nesse contexto, qual o papel a droga desempenhava na vida dessas mulheres e como elas articulavam a sociabilidade no espaço que passou a ser conhecido como “Cracolândia”, que apresentava a superposição das atividades de prostituição e uso de drogas que, historicamente, são/eram alvo de ações de repressão policial e de ações sanitárias e que procuram/procuraram, em diversos momentos segregar e confinar as práticas do mercado sexual. Tais ações voltaram a ser acionadas, atualmente, pela indicação de internação compulsória por propostas que defendem essa a forma mais adequada de tratamento para usuários de crack, que vem sendo oferecida pelo Estado como política pública orientada para a disciplina e o controle dos corpos e das práticas¹⁵.

Um dos focos centrais desse trabalho com prostitutas³² foi conhecer as estratégias de controle e aprendizado de uso de crack e o desenvolvimento de autocuidados. Verificou-se que, além dessas estratégias existirem, ao longo dos anos, as mesmas foram ampliadas e passaram também a incorporar os discursos e as estratégias

de redução de danos, fato observado na pesquisa “Usuários de crack e espaços de uso: agenciamentos e relações de trocas em territórios urbanos” (CNPQ: 402697, 2010/2012) coordenada por Adorno² na mesma região entre os anos de 2011 e 2012.

Devemos ainda citar o trabalho de Fernandez¹⁴, “Coca-Light? Usos do corpo, rituais de consumo e carreiras de “cheiradores” de cocaína em São Paulo”, que acompanhou um grupo de usuários de cocaína em dois períodos distintos com um intervalo de 11 anos, verificando a eficácia das estratégias de controle do uso desenvolvidas por esses sujeitos e apontando, como um determinante do sucesso de tais estratégias, o contexto no qual essas estratégias eram utilizadas, a aprendizagem do uso e as condições socioeconômicas dos sujeitos.

Decorte¹⁰, em seu estudo “*Drug users perceptions of ‘controlled’ and ‘uncontrolled’ use*”, desenvolveu um estudo que denomina de etnográfico com 111 usuários experientes de cocaína, com idades entre 19 e 64 anos, em que um terço do total constituído por mulheres com renda entre 1.120,00 a 1.400,00 dólares por mês e que faziam um uso controlado, buscando compreender porque alguns usuários conseguem atingir e manter o uso controlado de cocaína, enquanto outros perdem o controle. A média de idade de início de uso da droga foi de 20 anos e, nos três meses anteriores à entrevista, 81,1% estavam utilizando em diferentes quantidades e 18,9% não estavam mais consumindo. Essa pesquisa, realizada na cidade da Antuérpia, Bélgica, pesquisou pessoas que não se encontravam em tratamento e não faziam parte de populações vulneráveis e/ou com problemas com a polícia e com a justiça. Os participantes foram recrutados na vida noturna da cidade e convidados a responder à entrevista que buscava identificar e descrever os mecanismos de controle informal ou de autorregulação dos

usuários controlados de cocaína e como esses controles eram repassados, O estudo, demonstrou que os usuários controlados têm papéis significativos na vida cotidiana convencional (trabalho, estudos, relações familiares) e baixa vulnerabilidade social, além de conseguirem manter diversos interesses não centrados nos consumos de drogas e uma rede de amizades que inclui também não usuários de drogas. Esses fatores lhes dão uma identidade positiva e estimulam a manutenção do uso controlado.

Jackson-Jacobs²³, que pesquisou o uso de crack em um contexto protegido, a que deu o título de: *“Hard drugs in a soft contexto”*, relacionou as formas de uso com classe social. No estudo longitudinal, com usuários da classe média-alta americana que frequentavam e residiam em um *campus* universitário, comparou o uso feito por esses com o uso que se fazia nos “guetos” das cidades americanas, onde a visibilidade dada pelo uso e as condições socioeconômicas precárias das populações que lá residiam tinham papel importante no que era considerado o “problema do crack”, situação em que os jovens dos guetos sofriam todas as sanções públicas, morais e legais pelo envolvimento com a droga, inclusive sendo levados às prisões, ação, que retroalimentava o discurso moral do “problema do crack”.

Hart e colegas²¹ desenvolveu pesquisa com usuários de crack entre os anos de 1998 e 1999, tentando demonstrar que esses usuários podiam fazer escolhas racionais e não ficavam alheios a outros incentivos devido ao uso grave da droga. Nesse estudo com seis usuários experientes, em que houve internação para autoadministração do crack, foi disponibilizado um vale de 5,00 dólares em dinheiro ou mercadoria como estratégia de reforço alternativo ao uso do crack. No início do dia, antes de fazer a escolha entre o crack e os vales de mercadoria/ ou dinheiro, era permitido a eles ter uma amostra da dose que seria

disponibilizada. Hart mostra que os resultados, em linhas gerais, apontam que a escolha de se autoadministrar cocaína/crack aumentou significativamente com o aumento das doses (0,12mg, 0,25mg, 0,50mg) e baixou significativamente quanto menos cocaína foi ofertada e os vales de dinheiro estavam disponíveis, em comparação com os vales de mercadoria²¹.

Mesmo em se tratando de estudos epidemiológicos que utilizam categorias psiquiátricas tradicionais, encontramos pesquisas que vão relativizar o imaginário que foi criado em torno dessa droga. Falck e colegas¹³ desenvolveram um estudo longitudinal para saber mais sobre a dependência de crack. A amostra consistiu de 172 usuários de longo prazo que nunca haviam cumprido os critérios do DSM-IV para dependência de cocaína ao longo da vida e que não haviam se submetido a tratamento, entrevistados periodicamente ao longo de 8 anos. Da amostra, 62,8% cumpriu o critério para dependência e não houve diferenças significativas entre os grupos que desenvolveram e que não desenvolveram dependência, quando considerados os dados socio-demográficos; mas houve correlação positiva entre dependência e transtorno psiquiátrico antisocial, hiperatividade e déficit de atenção¹³. Em termos sociodemográficos, apenas a raça/etnia se mostrou significativa, com proporcionalmente menos afro-americanos do que brancos atendendo aos critérios de dependência de cocaína. Dentre alguns dos resultados apresentados nesse estudo, se deu destaque para os listados acima, com a ressalva para o fato de que é possível se fumar crack por muitos anos sem se tornar dependente, embora se tornar dependente fosse o desenvolvimento mais comum. Isso fez pensar o quanto essa informação não é considerada nas pesquisas de modo geral: o fato de alguns usuários usarem o crack por longo período de tempo, sem desenvolverem dependência.

Quando se quer saber mais sobre os problemas associados ao uso de uma substância, é necessário olhar para todos os aspectos que o compõe e não apenas para a vertente problemática (que, com certeza, também é importante). Podemos pensar que a política proibicionista de drogas pode influenciar no desenho de pesquisas desenvolvidas sobre o tema. Discutindo sobre os financiamentos de pesquisas pelo *National Institute on Drug Abuse* (NIDA), nos Estados Unidos, o neurocientista Hart²² argumenta:

“Os cientistas que solicitam verbas ao NIDA sabem perfeitamente que devem enfatizar os danos provocados pelas drogas para obter financiamento. A situação é bem descrita na famosa frase de Upton Sinclair: “É difícil levar alguém a entender algo quando seu salário depende de não entender”. (...) Não estou querendo dizer que as consequências negativas do uso de drogas não devem ser o foco de pesquisas financiadas pelo NIDA. Investigar os aspectos patológicos do consumo de drogas é importantíssimo para desenvolver tratamentos eficazes do vício. Mas a atenção desproporcional hoje concedida aos danos tende a nos atrelar a uma perspectiva distorcida, contribuindo para uma situação na qual certas drogas são consideradas um mal absoluto, e em que o uso de qualquer delas é visto como algo mórbido. Tenho enfatizado neste livro que a maioria das pessoas que usa qualquer substância ilegal faz isso sem problemas. Não se trata de uma aprovação da legalização das drogas. É apenas um fato. O foco quase exclusivo nos efeitos negativos também colaborou para uma situação em que deparamos com a meta indesejável e irrealista de eliminar certos tipos de consumos a qualquer custo. Com demasiada frequência o preço é pago sobretudo por grupos marginalizados”²² (p.292-293).

Oliveira e Nappo²⁸, em seu estudo “Caracterização da Cultura de Crack na Cidade de São Paulo”, cujo perfil sociodemográfico da maioria da amostra se compunha de homens jovens, solteiros, de baixo nível de escolaridade e socioeconômico e sem vínculos empregatícios formais, identificaram também um padrão de uso controlado de crack, caracterizado pelo uso não diário e geralmente associado à manutenção dos compromissos familiares, de estudo e de trabalho, bem como ao desenvolvimento de estratégias intuitivas de autocontrole ou autorregulação que “consistem em estratégias individuais, fatores de proteção internos desenvolvidos pelo próprio usuário ao se basear nas suas próprias crenças e valores”²⁸, chegando à conclusão que:

“Assim, acredita-se que tais estratégias possam ser eficientemente incorporadas a programas de redução de danos, minimizando as implicações de vida associadas ao uso compulsivo”²⁷ (p. 670).

Rui e colegas³⁰ desenvolveram uma pesquisa de avaliação preliminar do “Programa de Braços Abertos”, da prefeitura de São Paulo, realizado na gestão Haddad que teve início em janeiro de 2014 e foi baseado na redução de danos e da intersetorialidade, envolvendo secretarias de saúde, de trabalho, de assistência social e de Direitos Humanos. O referido programa não exigiu dos participantes a abstinência do consumo de crack, mas ofereceu hospedagem em quartos de hotéis na região, bolsa de 15,00 reais por dia para trabalho de varrição de ruas e de manutenção de praças públicas, três refeições diárias no restaurante popular “Bom Prato”, além de tratamento para o consumo do crack e encaminhamento para as demais questões de saúde. Os pesquisadores constataram, no universo de 370 pessoas pesquisadas, que 67% dos atendidos no programa reduziram principalmente o consumo de crack, bem como de outras drogas: 54%

de redução do tabaco, 44% do álcool, 31% da maconha 31%, 51% da cocaína aspirada e 31% dos inalantes 31%³⁰.

Os interlocutores identificados na pesquisa feita no Brasil e em Portugal³¹ são oriundos dos extratos das classes média e média-alta. Todos têm nível universitário, sendo que apenas dois deles não chegaram a obter o título acadêmico, mas trabalham em áreas correlatas aos cursos que não chegaram a concluir.

Com relação às estratégias de controle de e para a utilização do crack e a forma como são entendidas, referidas e acessadas por esses interlocutores nos dois contextos geográficos de uso, as narrativas dos usos que fazem das drogas dispositivos sensoriais e de experiências com as sensações do corpo e com as emoções são a parte mais densa do estudo. Essas experiências passam a ser, digamos, “moduladas” em função do “lugar” em que se encontravam essas pessoas. Por outro lado, visando seguir a linha de pensamento dos interacionistas simbólicos, como Becker, e de teorias do uso como contextuais, como a proposta por Zinberg⁴⁰, foi possível, muitas vezes, de uma maneira sistêmica ou esquemática, traduzir os conceitos de controle, de situações, tais como o sujeito no contexto de uso e da droga de uso, nas entrevistas bem como nas observações de campo. Na verdade, ao tratar do interacionismo são consideradas para além as questões como o aprendizado do uso e o aspecto simbólico do uso entendido como atribuição do sentido.

Gomar¹⁸, criticando a abordagem dos interacionistas simbólicos, ressalta que eles não conseguem se distanciar de um determinismo farmacológico, pois só a partir da ação farmacológica da substância no organismo é que serão atribuídos pelo sujeito sentidos e significados, ou seja, os efeitos.

Considerando que o uso de uma droga pressupõe um aprendizado, nos termos do Becker

(percepção e aprendizado sobre a substância e seus efeitos, aprender a distinguir os efeitos, aprender a desfrutar dos efeitos, aprender a ocultar o uso dos não usuários), e também o resultado de rituais sociais (com as sanções informais grupais e personalidade), os efeitos atribuídos pelo discurso moral e alarmista do uso de drogas também estão reflexivamente presentes e constituindo as subjetividades das pessoas que usam drogas (e o crack) e as suas performances com ela, tanto para o desenvolvimento de um uso “controlado”, como do “descontrolado”. Através desse dispositivo, a droga se torna fetiche e, como tal, agencia seus usos e atualiza os padrões morais de normalidade. Infringir a norma é também validá-la/reconhecê-la/reificá-la.

Como o uso de drogas ilícitas é tomado sempre como problemático e, mesmo podendo ser demonstrado que os usos nas cenas de uso não são homogêneos e que aí, também se encontram usos controlados, o fato dos usos sem controle estarem na cena de uso já desqualifica todo o uso, segundo a visão mais geral circulante na sociedade. Assim, encontrar pessoas que fazem/fizeram o uso de maneira controlada, fora das cenas de uso e poder comparar suas estratégias e seus alcances, é/foi uma maneira de contribuir para um aprofundamento do conhecimento sobre as relações que os sujeitos estabelecem com os usos de drogas, ao mesmo tempo em que relativiza(ou) o determinismo farmacológico em que a substância tem o domínio de todas as esferas da vida do sujeito ou, como diz Decorte, “o farmacocentrismo, que é muitas vezes o paradigma implícito da pesquisa sobre drogas”¹⁰ (p.298).

Tornar-se um usuário de crack de uso controlado pode variar de acordo com os contextos de rua e com os contextos de uso privado. Ainda que algumas generalizações possam ser feitas a respeito da experiência humana com as drogas

(e essas serem importantes), focar no sujeito e em suas possibilidades de agência e no seu lugar social é algo mais abrangente do que pensar apenas em usos e controles desenvolvidos que além de garantir a manutenção de uma vida organizada, garantem a manutenção do uso de forma a desfrutar melhor dos seus efeitos. Ao mesmo tempo, demonstra que conhecer os contextos de uso pode propiciar um saber que não reitere estigmas e preconceitos que terminem por ser mais prejudiciais do que o próprio uso das drogas, pois mesmo quando o sujeito desenvolve problemas com o uso de drogas e busca tratamento, a sua classificação como dependente, que o tira do lugar de “drogado”, “viciado” – aquele que tem uma falha moral –, o recoloca na categoria do que é “fraco”, “doente”, que “depende” – e que, portanto, não tem mais autonomia.

Se analisarmos o termo “recaída” – muito empregado no discurso terapêutico que visa a abstinência, visto como uma forma de entender que faz parte do processo de tratamento –, percebe-se que é um termo carregado de moralidade, uma vez que só recai quem já esteve caído. Recair, assim, não é um termo científico, mas passa a ser empregado por profissionais da saúde e, reflexivamente, pelos usuários problemáticos, familiares e amigos, termo que, subjetivamente, contribui para estabelecer o lugar da “fraqueza” daquele que não conseguiu seguir o caminho, visto que caiu, ou seja, foi de cima para baixo.

Uma das mais referidas estratégias nos dois contextos, de Lisboa e São Paulo, foi “ter consciência”, o que significa ter o controle sobre o próprio uso. As pessoas também em cena pública manifestam essa consciência em seu relato. Para se “ter consciência” é preciso ter condições mínimas para transformar essa consciência em realidade. O que ocorre é que os grupos de usuários de crack dessas duas localidades vivem

em condições de proteção social, materiais e ambientes extremamente diferentes.

Pode-se objetar que pessoas que hoje vivem nas ruas e/ou nas cenas públicas saíram de suas próprias casas e passaram a viver em torno do fluxo. As histórias que são contadas a respeito dessas saídas dizem respeito a conflitos familiares, a questões de gênero e/ou sexualidades, ao envolvimento com algum tipo de delito ou ação ilegal – quando não tiveram acesso a recursos de proteção jurídica –, ou tiveram envolvimento com algum circuito da criminalidade, ou não terem conseguido se integrarem no mercado formal de trabalho. A grande linha divisória entre os usuários “visíveis” e os “invisíveis”, é o fato de que os primeiros, além de terem situações econômicas e relações sociais mantidas, estão inseridos em um circuito nos quais atividades como o trabalho, o estudo, o lazer lhes propiciavam uma gama de interesses diversificados e vínculos que os mantêm na vida, além de não pesarem sobre eles o estereótipo de “drogados”.

Foi interessante observar, pelos relatos, que um dos efeitos esperados do crack é a introspeção, o recolhimento, o desejo de ficar sozinho, desfrutar de uma sensação de estar anestesiado, um desligar-se. Para que esse efeito não seja perturbado, se faz necessária a garantia de que ninguém possa interrompê-lo. Mas, mesmo esse efeito é passível de ser remodelado: ao contrário do uso privado, na cena de uso público, a interação está posta, quer seja com outros usuários, com profissionais da saúde, ativista pelos direitos humanos, quer com os pesquisadores. Transcrevendo passagem anotada no diário de campo durante a participação em um churrasco com usuários de crack, em uma das tendas de moradia improvisadas junto ao fluxo:

“Estamos no churrasco e enquanto uns se ocupam de assar a carne e distribui-la aos participantes, um grupo faz um samba animado, alguns

*usuários dançam, outros cantam, outros conversam e entre essas atividades, também fumam crack. Parafina, um usuário que estava conversando comigo e observando outros usuários que fumavam e interagem com várias pessoas ao mesmo tempo fala: “Isso só acontece porque tamo aqui na Cracolândia”*³¹.

Quando os interlocutores se dispõem a utilizar o crack, a compreensão constante de que é uma substância perigosa está presente e antecede o desejo de uso. As imagens que lhe conferem tal compreensão são as de cenas de uso público associadas ao descontrole, como é possível observar em diversas falas. Isso serve para acionar limites que não devem ser ultrapassados, como também para modular a percepção dos efeitos da substância. É interessante observar, ainda, que quando se está em cenas de uso, com usuários experientes e em um ambiente “protegido”, essa modulação não se apresenta da mesma forma. Usuários são capazes de interagir com usuários e não usuários, ao mesmo tempo em que fumam como demonstra o trecho acima citado.

Alguma conclusão

A produção midiática e demoníaca que foi dada ao crack em perspectivas, como a do Brasil, foi a grande construção da figura do drogado durante os anos 2000. Em Portugal, como em outros países europeus, a figura do “toxicômano” foi assimilada de forma mais demonizada e menos central no cenário social. Por outro lado, nesses países, a influência de governos social-democratas tiveram uma intervenção urbana também de gentrification^{VIII.16} mais “sutil” e não

tão centrada em ações repressivas e as políticas públicas assimilaram as noções de redução de danos.

O fenômeno da demonização e do poder do crack na cena pública de São Paulo se deu de maneira tão contundente e eficaz, que, em Lisboa, encontramos a justificativa de que os efeitos que a mídia performatizava nos usuários de crack não se encontrava nos usuários dali e esses passaram a considerar que não consumiam a mesma substância. Na cena portuguesa, mencionavam que o crack “não existe em Portugal e tão pouco a cocaína” – que julgavam de muito baixa qualidade, “fraco” –, em oposição à brasileira – que seria “forte” e, por isso mesmo, capaz de “viciar” e de gerar comportamentos descontrolados.

A discussão sobre uso de crack não consegue ficar isenta do caráter alarmista que cerca a discussão sobre o uso de drogas, de uma maneira geral, correndo-se o risco de ampliar os problemas frente à realidade e dificultando o encontro de alternativas para lidar com a situação.

Neste estudo, examinou-se em que medida os usos problemáticos associados às cenas de uso públicos e a produção de discursos morais e estigmatizantes performam as experiências dos usuários de crack de uso não visível, problematizando a ideia de que o uso do crack se daria sem nenhum controle por parte dos envolvidos nesta prática, se apresentando como um caminho “sem volta”, como se o indivíduo ficasse totalmente tomado pelo efeito farmacológico da substância e não sendo mais capaz de tomar decisões – o que, no caso do crack, em especial, é a imagem mais difundida.

No grupo estudado, observou-se a construção de estratégias/conhecimentos relativos ao modo de usar a substância de maneira a não sentir ou diminuir os efeitos adversos e indesejados e para aproveitar ou intensificar os efeitos desejados, o que caracterizaria, segundo Becker⁶, uma

^{VIII} Por gentrification entende-se a “criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articulados a processos de controle ou expulsão de setores das classes populares, num processo também assinalado pelo desempenho de determinados estilos de vida e de consumo, produzindo mudanças da composição social de um determinado lugar, bem como tipos peculiares de segregação socioespacial e de controle da diversidade”, conforme apontam Frugoli e Sklair¹⁶ (p.119-136).

cultura da droga. Pelos relatos dos atores envolvidos nesta prática, notou-se que existe uma diferenciação entre os usos, ou seja, existem vários usos e o que os diferencia, seriam as características pessoais, de classe, gênero e, fundamentalmente, o fato dos indivíduos estarem ou não socialmente protegidos. Nessas circunstâncias, o limite entre o uso privado e o uso público vai ser um peso a mais na situação de tornar-se ou não um “usuário de crack”.

A dificuldade encontrada para localizar pessoas que usavam crack fora das cenas públicas de uso demonstrou claramente essa delimitação e o peso do estigma que foi atribuído pela imagem pública dessa droga. Os que concordaram em ser entrevistados acabaram contribuindo para que se pudesse expor a complexidade e a riqueza reflexiva e densa que existe em torno dos usos de drogas e das censuras que a sociedade impõe a eles. Por um lado, revelam uma condição contemporânea de valorização dos consumos e das emoções que pode ser sentida e aferida através dos corpos quando falam de uma revalorização de seus corpos como corpos vivos e que podem ser explorados na extremidade de suas sensações. Há, aí, um consumo de sensações e emoções.

Essa mesma observação foi feita nos consumos de em cena pública, onde, porém, a situação de entrevista, de maior proximidade e cumplicidade, feita em lugares mais protegidos e livres de influência como as do chamado “fluxo” presente na rua possibilitaram explorar uma dimensão densa, rica e complexa e mais próxima a discursos compartilhados em usos de drogas em esferas mais intelectualizadas da classe média.

Qual o lugar da Saúde Pública/coletiva no contexto dos usos do crack? Longe de uma intervenção médico sanitária, deveria ser uma ação de respeito aos direitos, à cidadania e a políticas públicas que garantissem uma maior proteção social desses sujeitos; proteção social que,

inclusive, os afastasse de uma polícia repressiva e de um Estado encarcerador.

A autonomia – e é preciso ter condições de classe para se ter autonomia principalmente numa sociedade como a brasileira – é um fator mais eficaz do que a assimilação de práticas e estratégias formatadas e universalizantes de controles de uso. A autonomia e as condições de proteção social garantem, por si mesmas, uma “estratégia de redução de danos”.

Também, podemos constatar, com os entrevistados, que a recorrência e os apoios terapêuticos como recurso à compreensão e à interpretação de si, foram mencionados como importantes para problemas muito mais gerais e existenciais do que como uma forma para tratar dos usos que faziam das drogas. Como referiu uma das narrativas: “ter alguém para conversar e que te ouça”.

Os usos de droga, nesse sentido, estão emaranhados com várias questões da vida, do cotidiano ao trabalho, do lazer a momentos de introspecção e reflexão, à sexualidade e às relações e, nesse sentido, podem revelar muito mais uma complexidade e riqueza existencial do que uma falta ou um problema. O lugar dos usos de uma droga parece estar mais próximo como um lugar no qual o indivíduo se realiza, tal como fala Perlongher²⁹ a respeito de certas práticas da sexualidade como a realização de um essencial de si.

Referências

1. Adorno RCF. A pacificação do uso público do crack e a repressão aos usuários: notas a partir de etnografias na região central de São Paulo. In Labbate BC (organizadores). Drogas, políticas públicas e consumidores. Campinas: Mercado das Letras; 2016.
2. Adorno RCF. Usuários de crack e espaços de uso: agenciamentos e relações de trocas em territórios urbanos. Projeto

- de pesquisa (CNPQ: 402697-2010/2012). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
3. Adorno RCF. Atenção à saúde, direitos e o diagnóstico como ameaça: políticas públicas e as populações em situação de rua. *Etnográfica*, 2011; 15(3):543-567.
 4. Adorno RCF, Vasconcello MP, Alvarenga AT. Para viver e pensar além das margens: perspectivas, agenciamentos e desencaixes no campo da saúde pública. *Saúde e Soc.* 2011; 20(1):86-94.
 5. Becker HS. Método de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec; 1997.
 6. Becker HS. Consciência, poder e efeito da droga. In: Uma Teoria da Ação Coletiva, pp. 181-204. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1977.
 7. Becker HS. Outsiders: studies in the sociology of deviance. New York: The Free Press, 1966.
 8. Bivar A, Willer C, Bueno E, Fróes L, Escobar P, Moraes R, et al. *Alma beat*. Porto Alegre: L&PM; 1984.
 9. Castañeda C. A erva do diabo. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1968.
 10. Decorte T. Drug users' perceptions of 'controlled' and 'uncontrolled' use. *Intern. Journ. Drug Policy*. 2001; 12(4):297-320.
 11. Epele M. Sujetar por la herida: uma etnografia sobre drogas, pobreza y salud. Buenos Aires: Ed. Paidós; 2010.
 12. Escohotado A. O livro das drogas – usos e abusos, desafios e preconceitos. São Paulo: Dynamis; 1997.
 13. Falck RS et al. Among long-term crack smokers, who avoids and who succumbs to cocaine addiction? *Drug Alcohol Depend.* 2008; 98(1-2):24–29. *Drug Alcohol Depend.* Author manuscript; available in PMC 2009 November.
 14. Fernandez OFRL. Coca-light? Usos do corpo, rituais de consumo e carreiras de “cheiradores” de cocaína em São Paulo. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador; 2007.
 15. Foucault M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes; 2008.
 16. Frugoli JRH; Sklair J. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrificação. *Cuadernos de Antropología Social*, 2009; 30:119-136.
 17. Geertz C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Ed. LTC; 1989.
 18. Gomart E. Methadone: six effects in search of a substance. *Soc. Stud. Science*, 2002; 32(1):93-135.
 19. Grangeiro A. O perfil socioeconômico dos casos. In: Parke R, Bastos C, Galvão J, Pedrosa JS (organizadores). *Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, ABIA/IMS-UERJ; 1994.
 20. Grund JP. Drug use as a social ritual: functionality, symbolism and determinants of self-regulation. Rotterdam: Instituut voor Verslavingsonderzoek, Erasmus Universiteit Rotterdam; 1993.
 21. Hart CL, Haney M, Foltin RW, Fischman MW. Alternative reinforcers differentially modify cocaine self-administration by humans. *Behavioural Pharmacology*. 2000; 11(1):87-91.
 22. Hart CL. Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre drogas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; 2014.
 23. Jackson-Jacobs, C. Hard drugs in a soft context: managing trouble and crack use on a college campus. *The sociological quarterly*. 2004; 45(4):835-856.
 24. Lima JCR. Passageiros da fantasia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990.
 25. Macrae E, Simões JA. Rodas de fumo, o uso da maco-nha entre camadas médias urbanas. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; 2000.
 26. Macrae E. A abordagem etnográfica do uso de drogas. In Mesquita F, Bastos F. (organizadores). *Drogas e aids: estratégias de redução de danos*. São Paulo, Hucitec, 1994.
 27. Magnani JGC. A rua e a evolução da sociabilidade. A cidade e a rua. *Cad. Hist. S. Paulo*. 1993; 2:45-54.
 28. Oliveira LG, Nappo SA. Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. *Rev. Saúde Públ.* 2008; 42(4), 664-671.
 29. Perlonguer N. Etnografia das margens. O negócio do michê - a prostituição viril. São Paulo: Brasiliense; 2008.
 30. Rui T, Fiore M, Tófoli LF. Pesquisa preliminar de avaliação do Programa “De Braços Abertos”. São Paulo: Plataforma Brasileira de Política de Drogas, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; 2016.
 31. Silva SL. A exposição e a invisibilidade: percursos e percalços por Lisboa e São Paulo: as narrativas dos usos e dos controles do uso de crack. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo; 2017.
 32. Silva SL. Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso de crack. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo; 2000.
 33. Torcato CEM. O uso de drogas e a instauração do proibicionismo no Brasil. [The psychoactives use and the early prohibitionism in Brazil]. *Saúde & Transf. Soc./Health & Soc. Change*. 2013; 4(2):117-125.

34. Vasconcelos LA. Heroína. Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; 2004.

35. Velho G. Duas Categorias de Acusação na cultura brasileira contemporânea. In: Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; 2008.

36. Velho G. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: Zaluar A (organizadores). Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense; 1994. p.23-29.

37. Velho G. O estudo do comportamento desviante: A contribuição da Antropologia Social. In: Velho G. organizador. Desvio e divergência. uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar; 1985. p.1-28.

38. Velho G. Observando o familiar. In: Nunes EO. A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar; 1978.

39. Velho G. Nobres e anjos. Um estudo de tóxicos e hierarquias. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro; 1975.

40. Zinberg N. Drug, set and setting. New Haven: Yale University Press; 1984.

